

FOTO: NANCY HARRIS - GLOBO CHACRA, SEB, JONATHAN PETERSON

GUGA CHACRA

@gugachacra X/gugachacra
info@gugachacra.com.br

Em pleno protesto em Columbia

Eravam algumas centenas de manifestantes pró-Palestina em um protesto contra a polícia a três quadras da entrada principal da Universidade de Columbia. Minutos antes, uma operação policial tinha prendido dezenas de estudantes. Eles haviam tomado o simbólico Hamilton Hall, um prédio da universidade ocupado outras vezes no passado por alunos em ma-

nifestações contra a Guerra do Vietnã, racismo e investimentos da África do Sul do apartheid. Destaque, a demanda era por um cessar-fogo na Faixa de Gaza, o fim da ocupação israelense da Cisjordânia e o desinvestimento em empresas associadas a ações militares de Israel.

Os estudantes de Columbia, uma das mais respeitadas universidades americanas, compunham a maioria dos manifestantes. Conheço bem o perfil por ter feito mestrado nessa universidade, além de frequentá-la há quase duas décadas. Isso ficava claro também pela idade deles, ao redor dos 20 anos. Havia brancos, asiáticos e negros. Muitos com máscara dos tempos da pandemia para cobrir o rosto diante do risco de supressão, e o kaffiyeh, tradicional xale simbólico da causa palestina. No meio, também, algumas pessoas mais velhas que talvez tenham protestado contra a Guerra do Vietnã.

Os gritos neste momento se concentravam na polícia de Nova York. Em outras horas, uma estudante puxava gritos de "Palestina livre".

Somente em um momento, o cântico foi do "rio até o mar, a Palestina será livre". Quase todos que estavam ali bradaram essa expressão,

vista por muitos como antissemítica. Afinal, uma Palestina livre do rio até o mar pode significar um Estado palestino do Rio Jordão até o Mar Mediterrâneo, o que poderia englobar o que hoje é Israel e implicaria no fim do Estado judeu. Vale ressaltar que, por outro lado, mesmo Benjamin Netanyahu diz ser defensor de um Estado israelense do rio até o mar, sem uma Palestina independente. Muitos membros do seu

governo de extrema direita rejeitam a criação de um Estado palestino ou a concessão de cidadania aos palestinos da Cisjordânia e Gaza. Na prática, Israel controla todo o território e não concede cidadania aos palestinos dos territórios ocupados em 1967, com a exceção de Jerusalém Oriental.

Mas volto para a Columbia na madrugada de ontem. Próximo aos manifestantes pró-Palestina, havia dois israelenses jovens. Os manifestantes diziam para ignorar que o objetivo dela seria provocar uma reação deles. Uma manifestante mais velha, no entanto, identificou-se como judia pró-Palestina e decidiu debater com a israelense. afirmou que condenava os EUA pela bomba de Hiroshima, pela Guerra do Vietnã e pelas guerras no Iraque e no Afeganistão. Segundo ela, mesmo sendo judia, também poderia criticar Israel pelas mortes de mais de 50 mil em Gaza. Acrescentou, ainda, ser contra um Estado etno-religioso judaico.

A jovem israelense respondeu que, de Nova York, era fácil falar, já que a americana não fora alvo de um atentado do Hamas com 1.200 mortos. Disse que os números de vítimas em Gaza citados pelo Hamas seriam exagerados. Por último, afirmou que seus antepassados foram exilados do Iraque por serem judeus, e Israel era a terra dela. Ninguém teria o direito de questionar isso. A situação escalou. Outros intervieram para alistar-las. Mas ambas genuinamente pareciam ter convicções e diziam. O tema Israel-Palestina é o que mais polariza na geopolítica. Na Universidade da Califórnia em Los Angeles, dezenas de manifestantes pró-Palestina e pró-Israel se envolveram em uma briga. Em Columbia, ao menos, não chegou a esse ponto.

Reforma constitucional aumenta poder de Bukele

Emenda enfraquece sistema de freios e contrapesos e abre caminho para reeleição ilimitada em El Salvador

SAM HANCOCK

O Congresso de El Salvador, dominado por parlamentares ligados ao presidente Nayib Bukele, aprovou, na noite de segunda-feira, uma emenda que abre caminho para que novas alterações na Constituição sejam feitas de maneira mais rápida e quase sem contrapeso de outros Poderes. A medida foi denunciada por juristas, analistas e ativistas como um passo do governo em direção a um "esquema ditatorial" — e ao fim do número limitado de reeleições.

A Constituição de El Salvador previa que reformas constitucionais fossem submetidas a uma consulta popular após aprovação da mudança pelo Legislativo.

Depois, a mudança teria de ser novamente votada por uma nova legislatura, ou seja, durante o mandato de um novo Congresso. Já o texto atual indica que as modificações podem ser ratificadas na mesma legislatura por três quartos dos deputados (45 de 60).

O Partido Novas Ideias, de Bukele, tem atualmente 54 dos 60 deputados. **'CAMINHO LIVRE'** A reforma não estava na pauta da última sessão da legislatura passada, que terminou na segunda-feira. Porém, os parlamentares se reuniram em sessão para modificar a agenda. O projeto foi votado após "ser dispensado de tramitação" — um mecanismo para aprovar



Vale tudo. Manifestante fantasiado de Bukele protesta contra Congresso em El Salvador: parlamentares governistas manobram para aprovar mudança na lei

leis sem consulta prévia e que tem sido frequentemente utilizado nos últimos três anos para atender aos desejos do presidente.

Com a alteração aprovada pela nova legislatura, iniciada ontem, o Parlamento dominado por aliados de Bukele terá o poder de reformar quantas vezes quiser a Constituição. O novo rito provoca críticas e temores de que o presidente possa prolongar a duração dos períodos de qualquer funcionamento no poder, suprimindo direitos dos cidadãos e abrir caminho para sua reeleição indefinidamente.

— Me parece que o país se encaminha para a consolidação de um esquema ditatorial de uma maior concentração de poder — disse o analista político e ex-comandante guerrilheiro Eugenio Chicas, em entrevista à AFP.

Mesmo antes da alteração constitucional, Bukele era alvo de críticas e preocupação pela forma com que seu governo tem utilizado mecanismos legais para impor sua vontade. Os próprios usos da dispensa de tramitação e do regime de exceção

suprimiram direitos dos cidadãos nos últimos anos. — O presidente tem o caminho livre para impulsionar as medidas que desejar, sem que ninguém atue como contrapeso — assinalou o analista independente Carlos Araya, para quem Bukele poderá aprovar "reformas constitucionais a seu capricho, sem análise ou discussão".

MAIS REFORMAS Na segunda-feira, o presidente do Congresso, governista Ernesto Castro, defendeu a reforma ao afirmar que

"não foi tocado nem reformado o inciso do Artigo 248 que se refere à forma do sistema de governo". Mas o constitucionalista Francisco Bertrand Galindo indicou que a emenda permitirá a Bukele "fazer um plano de ação de reformas" que certamente será aprovado pelos novos deputados.

— Com uma maioria desse nível, ele pode fazer, por essa via de aprovação e ratificação, qualquer coisa — disse Galindo à TV local.

Com AFP e El País

Senado do Arizona revoga lei de 1864 contra o aborto

Texto agora segue para a governadora democrata e pró-escolha Katie Hobbs, que já afirmou que assinará a medida

PROBLEMA

Com uma maioria republicana estreita, o Senado do Arizona votou ontem pela revogação de uma lei do século XIX que proíbe a realização do aborto em quase todos os casos, exceto quando "necessário para salvar a vida da gestante". A medida já havia sido aprovada pela Assembleia Legislativa na semana passada, numa disputa acirrada, e foi possível graças ao apoio de três republicanos moderados.

A lei de 1864 tinha sido restabelecida pela Suprema Corte do estado no início de abril, após a queda da proteção federal ao aborto pela Suprema Corte dos EUA em 2022. O texto agora aguarda a sanção da governadora democrata Katie Hobbs.

Com a revogação, o Arizona mantém sua legislação de 2022, que permite o aborto nas primeiras 15 semanas de gravidez ou em casos em que haja risco de vida. O texto foi sancionado em 2022 pelo governador anterior, o republicano Doug Ducey, meses antes da queda da proteção federal ao aborto.

VOTAÇÃO ACIRRADA Assim como na Assembleia Legislativa, a votação de ontem foi acirrada (16 a favor e 14 contra) e possível apenas graças ao apoio de dois senadores republicanos: Shawn Bolick e o presidente temporário Thomas "TJ" Shope. Enquanto a votação transcorria, a governadora Katie Hobbs, defensora declarada do direito ao aborto, disse aos



repórteres que assinará a revogação "assim que chegar à minha mesa". Nas redes sociais, ela disse estar "feliz" com o resultado. Já a procuradora-geral Kris Mayes chamou a votação de "uma vitória para a liberdade em nosso estado".

Bolick, a republicana que fez a balança pender a favor da revogação, justificou seu voto com um longo discurso sobre sua experiência pessoal quando sua gravidez se tornou invável.

— Essa lei do Arizona teria

me permitido ter acesso a esse procedimento médico, mesmo que minha vida não estivesse em perigo na época? — questionou a senadora, que foi valada várias vezes pelo público no Senado. Seu correligionário, Anthony Kern, defendeu a lei arcaica e atacou Bolick e o segundo senador republicano que se juntou aos democratas, acusando-os de ter uma posição discricionária e comparando-os às autoridades da Alemanha nazista.

LEI PREVE PUNIÇÃO Os defensores do direito ao aborto coletaram assinaturas para convocar um referendo em novembro, junto com as eleições, que busca constitucionalizar o acesso ao procedimento no estado e entender a anula legal para ele até 24 semanas de gestação.

A legislação em questão foi criada em 1864, no tempo da Guerra Civil americana, e prevê punição de dois a cinco anos de prisão para quem realizar um aborto ou ajudar uma mulher a abortar. O texto foi confirmado por legisladores locais em 1901 e 1913, e inclui apenas uma situação permitida: se o procedimento for realizado para salvar a vida da mãe.